

Fotos: Antoninho Perri



Alunos ouvintes da graduação têm aula com instrutoras surdas

O decreto 5.626, que regulamenta a lei 10.426 reconhecendo a Libras como língua, determina também que todas as licenciaturas das universidades brasileiras ofereçam ao menos uma disciplina em língua de sinais até 2012, começando pelas licenciaturas de pedagogia, letras e fonoaudiologia. A Faculdade de Educação da Unicamp antecipou-se ao decreto, tendo inserido em 2004, no catálogo de 2005, a disciplina EP 528 – Educação de Surdos e Língua de Sinais.

A disciplina, que é de responsabilidade da professora Regina Maria de Souza e vem sendo apresentada anualmente sem interrupção, destina-se a estudantes de pedagogia preferencialmente, mas está aberta aos de outras licenciaturas. “É uma das disciplinas eletivas mais concorridas da Faculdade de Educação. Na última reformulação curricular do curso de Pedagogia, ela passou de eletiva para obrigatória”, informa a docente.

A EP528 está com 45 alunos neste semestre e traz como parte obrigatória uma oficina de língua de sinais, na qual todos são iniciados na aprendizagem de língua de sinais por duas instrutoras surdas. A média geral é calculada pela nota atribuída pela professora responsável e aquela estabelecida pelas instrutoras surdas, que são remuneradas com recursos autorizados pela Faculdade de Educação.

As instrutoras surdas são Regiane Pinheiro Agrella e Sibebe Souza, mestradas orientadas pela professora Regina de Souza. “É uma inclusão às avessas. Como não há intérprete, os estudantes ouvintes precisam se desdobrar para acompanhar a aula, experienciando o que muitos alunos surdos, nas escolas, vivem em situação contrária”, compara a orientadora.

A professora surda Regiane Agrella afirma que esta experiência permite repensar a questão da inclusão por colocar o professor surdo à frente da sala de aula mesmo usando outra língua, ao passo que é o aluno ouvinte quem precisa se

incluir. “Eu trabalho aspectos gramaticais, com material didático diferenciado, procurando preparar esses professores para quando tiverem alunos surdos em suas salas”.

Vanessa Regina de Oliveira Martins é bolsista e acompanhante na ministração das aulas teóricas da disciplina EP528. Também mestranda e intérprete fluente em libras, ela considera que a oficina representa uma contribuição inédita. “Sendo surdo, o professor pode demonstrar aspectos particulares do uso da língua de sinais e da constituição identitária dos seus pares aos ouvintes. É uma troca de experiências muito interessante”.

Segundo Regiane Agrella, no primeiro momento há sempre um estranhamento, a exemplo do que acontece no caso de brasileiros que se aventuram a aprender uma segunda língua sem conhecê-la, como diante de uma professora de outra língua oral como o inglês. “Estou sempre me policiando para criar uma relação de proximidade com os alunos, mostrando a realidade vivida por uma brasileira que usa outra língua circulante no país. Uma interação entre surdos e ouvintes é essencial”.

Regiane também já ensinou libras para crianças e adolescentes surdos, tarefa que considera fácil para ela. “Isso porque é a nossa língua de interação. Mas a dificuldade vem depois, na inclusão, quando as crianças têm aulas com professores que não dominam a língua de sinais. Tanto intérpretes como educadores precisam conhecer a Libras com profundidade a fim de assegurar a comunicação com o aluno surdo”.

A intérprete Vanessa Martins é casada com um surdo, mas conquistou esta fluência a partir do contato com a comunidade surda e com todo o universo gestual. “Ser fluente em libras é ter o domínio da forma gramatical, da sua estrutura, que é completamente diferente daquela do português. A interação com os surdos permite estruturar seu pensamento a partir dessa lí-

ngua para fazer-se entendida por eles”.

Regiane Agrella explica que a libras, como em qualquer outra língua, exige que o indivíduo esteja imerso nela para conhecer com profundidade seu sistema linguístico. “A única diferença é que se trata de um sistema visual, gestual e espacial. Nasci surda e, por isso, interajo com o mundo a partir da visão. Não me sinto bem usando aparelho auditivo. É o visual que faz com que eu me conecte e seja afetada pelos acontecimentos”.

Acesso à pós – Nenhum aluno sinalizador tinha entrado na pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, até que Sibebe Souza e Regiane Agrella se inscreveram para o exame de seleção em 2007, optando pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Diferenças e Subjetividades em Educação (DIS). A proposta do DIS, endossada pela Coordenação de Pós-Graduação, foi de que as candidatas se submetessem à prova seguindo rigorosamente o edital, como todos os demais, com a diferença de que pudessem realizar a mesma prova também em libras.

No mesmo dia do processo normal, elas repetiram a prova em linguagem de sinais, numa sala com intérprete e câmera de vídeo. As provas gravadas foram em seguida transcritas por Vanessa Martins, intérprete certificada pelo MEC. As duas alunas começaram o curso este ano.

Regiane Agrella não teria passado no exame, por conta do seu português, que a comunidade surda chama de “português surdo”. No entanto, na análise de mérito pela Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação da FE – currículo, produção científica, projeto de pesquisa – ela obteve o primeiro lugar no Departamento de Psicologia Educacional para obtenção de bolsa de mestrado pela Capes.

GGPE viabiliza ações educacionais

O Grupo Gestor de Projetos Educacionais (GGPE) foi criado com o objetivo de facilitar e estimular ações de cooperação com outras instituições envolvendo projetos educacionais. Coordenado pelo professor Fernando Arantes, o GGPE tem sido responsável por diferentes iniciativas relacionadas com educação a distância dentro da Unicamp. Uma delas, que se refere à formação continuada de professores da rede pública do Estado de São Paulo, tem os trabalhos coordenados pela gerente executiva Miriam Cristina Chinellato de Oliveira.

“A concretização deste convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, por intermédio do GGPE, reafirma nosso propósito em atuar de forma contínua no aprimoramento dos profissionais da educação. O êxito deste projeto, que traz consigo uma recurso tecnológico para ensino a distância, é motivo de grande satisfação para o nosso grupo, dado o seu benefício inegável para a sociedade”, afirma Fernando Arantes.



Veja como funciona a sala de videoconferências

Na moderníssima sala de videoconferências da Faculdade de Educação, o engenheiro eletrônico Gilberto Oliani liga os equipamentos e, em três telas, mostra uma sala de aula em Londres, onde já era noite; movimenta um botão e a câmera de lá dá um zoom na lousa. É uma demonstração pequena do sistema. Durante os cursos de licenciatura e de bacharelado em Letra-Libras serão quinze pólos conectados, espalhados pelo Brasil.

“O pólo gerador de conteúdo dos cursos será a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que gerenciará as conexões dos equipamentos através da Internet. É possível a visualização das quinze salas simultaneamente, com vídeo e áudio, permitindo a interação em tempo real”, explica Oliani.

Durante as videoconferências, o videostreaming (sinal de áudio e vídeo) será enviado através da Internet para que os alunos credenciados ao curso, que estejam em casa ou em qualquer outro lugar, assistam a aula em tempo real pelo computador. “Os conteúdos, gravados e editados em vídeo, com o título de cada aula, ficarão disponibilizados num servidor para quem precisar de uma revisão posterior ou mesmo para download”.

Segundo o engenheiro, o curso ainda contará com o chamado Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para que professores e alunos cadastrados depositem conteúdos – arquivos de diversos formatos, imagens – igualmente passíveis de download. “Se um grupo isolado marcar a hora, também podemos promover salas de bate-papo nesse ambiente”.

Gilberto Oliani, que especificou os equipamentos, acompanhou o processo de compra, instalação e configuração, hoje opera a sala de videoconferências da FE. Em quatro anos de experiência, com um total de 240 videoconferências, conhecendo salas de países como Portugal, Espanha, Estados Unidos, Canadá, França, assegura que esta fica acima da média em termos de qualidade e estrutura tecnológica. “Quem vem de fora, reconhece”.

O sistema custou cerca de R\$ 500 mil, com o dólar a R\$ 4 (hoje está a R\$ 1,70). Mas o engenheiro assegura que, mesmo sendo adquirida num momento de dólar caro, a instalação já se pagou com sobras pelos benefícios em educação e pelos recursos que economizou em viagens de professores pelo país e para o exterior. “Vamos ampliá-la, com um equipamento que permite a conexão de até 30 salas, a ser instalado até o meio do ano”.

Mais do que operar o sistema, Oliani vem estudando, elaborando e aprimorando modelos de apresentações de conteúdos, bem como outros fatores que possam contribuir com a didática das aulas através do sistema de videoconferência. Ele prepara ainda sua pesquisa de mestrado pela FE, em que analisará o uso da tecnologia para alunos ouvintes, incluindo uma comparação em relação aos surdos. “Esta tecnologia não tem retorno, pois é a que mais simula a comunicação presencial, mostrando olhos e feições”.

Refinamento – O mestrando já operou o sistema em um evento anterior envolvendo pessoas surdas, com quatro salas conectadas, e sabe que os cursos de Letras-Libras vão requerer um grau de refinamento para gravação das aulas, em relação a videoconferências convencionais. “Já sabemos, por exemplo, que teremos de focar professor e intérprete, com atenção especial no enquadramento para que as outras salas consigam enxergar os sinais manuais. O enquadramento deve ser da cintura até o topo da cabeça”.

A definição de padrões como este, que garantam a qualidade na transmissão e gravação do vídeo a ser editado para os cursos de Letras-Libras, será um dos objetivos de Gilberto Oliani. “Em videoconferências para ouvintes, já adotamos um modelo de apresentação de conteúdos que asseguram a qualidade das imagens gravadas e do videostreaming na Internet. Isto faz com que os vídeos sejam muito requisitados pelos professores, inclusive para complementar as aulas presenciais”.

A adoção da língua de sinais não é consensual



A professora Regina Maria de Souza, da Faculdade de Educação, coordenadora geral dos dois cursos: logística complexa

A professora Regina de Souza informa que a população de surdos no Brasil é estimada em 5 milhões de pessoas. Uma parte delas opta por se inscrever no discurso clínico sobre a importância da oralização, da fonoaudiologia e também do implante para aprender a ouvir e falar como um ouvinte; e outra parte busca romper com a lógica médica, narrando-se como sujeitos que, por meio da libras, constituem-se como grupo de cidadãos brasileiros. “O decreto 5.626 reconhece e legitima a militância das comunidades surdas que recusam a classificação como deficientes”

Regiane de Souza recorda que no

ano seguinte à publicação da lei 10.436, de 2002, a Congregação da Faculdade de Educação redigiu uma moção ao Conselho Federal de Medicina endossando a importância da lei e contra as teses defendidas em um artigo, assinado por Italo Carvalho, à Sociedade Brasileira de Medicina. Segundo ele: “[O surdo] Desconfiado e sensível, é este o personagem com o qual o médico se defronta tentando restituir-lhe o que a natureza retirou – o sentido da audição, sem o qual é impossível qualquer contato verdadeiramente humano”.

Mesmo na Unicamp, segundo a professora, boa parte dos docentes

ainda entende os surdos como sendo iguais entre si: como se todos se narrassem – e fossem – deficientes auditivos, por conta da forte afetação dos discursos clínicos. Dessa forma, ainda manifestam estranheza e dúvidas se os surdos não deveriam todos ser considerados deficientes, já que não possuem um dos sentidos em relação aos “normais”.

Regiane de Souza recorre a dados de pesquisa feita na Universidade de Brasília (UnB) para demonstrar que um posicionamento centrado na oralização e inclusão nas escolas em português não contribui para melhorar a realidade. “Cerca de 80% das crianças surdas

abandonam o ensino fundamental e apenas 3% dos adolescentes concluem o ensino médio. Eu, pessoalmente, calculo que menos de 1% dos surdos cheguem ao ensino superior. E falamos de uma população nada pequena, que é superior à de países como o Uruguai”.

SERVIÇO

Confira como funciona o sistema no vídeo “Decreto 5.626 e formação de professores: política linguística, inclusão e educação de surdos” em <http://www.cameraweb.unicamp.br/fe/OUTROSFE.html>